

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.161.327 - PB (2017/0216868-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : J S EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADOS : VALTER VANDILSON CUSTÓDIO DE BRITO - PB008908
ALEXEI RAMOS DE AMORIM - PB009164
ANDRÉ VILLARIM E OUTRO(S) - PB010041
DANIEL SITÔNIO DE AGUIAR - PB017706
BRUNO FIALHO DE SOUZA RODRIGUES - PB019568
FELLIPE ODILON MAIA PESSOA - PB017085
WALDILENE DE ALMEIDA LUCENA - PB017828
JOSÉ DANNILO ESTRELA DE OLIVEIRA - PB019342
KARLOS ALBERTO PIMENTEL VIDAL - PB019988
AGRAVADO : CESED - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO
LTDA
ADVOGADO : ROBSON DE SOUZA NÓBREGA E OUTRO(S) - PB014018

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 284 do STF e 7 do STJ (e-STJ fls. 249/250).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 131):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. MAJORAÇÃO DO ALUGUEL. VALOR SUPERIOR AO ÍNDICE DE CORREÇÃO CONVENCIONADO. GERAÇÃO DE BOLETO NO VALOR IMPUGNADO. IMPOSSIBILIDADE DA QUITAÇÃO EM MONTANTE INFERIOR. RECUSA CONFIGURADA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO RAZOÁVEL. IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO. ATENDIMENTO AO ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC. MANUTENÇÃO DO *DECISUM*. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- A geração de boleto contendo reajuste de aluguel em valor superior ao índice de correção convencionado configura recusa capaz de ensejar o ajuizamento de ação de consignação em pagamento.

- Os honorários advocatícios fixados em primeiro grau se mostram razoável, de modo que sua redução acarretaria a fixação da verba honorária em patamar irrisório, desatendendo o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 149/153).

No especial (e-STJ fls. 156/175), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a agravante apontou ofensa aos arts. 85, §§ 2º e 8º, 544, I, e 1.022 do CPC/2015 e 335, I, do CC/2002. Sustentou, em síntese: (a) falta de prestação jurisdicional, (b) inviabilidade da demanda de consignação de pagamento, ante a falta de comprovação da recusa do credor em receber os pagamentos, e (c) exorbitância dos honorários advocatícios arbitrados em R\$

1.500,00 (mil e quinhentos reais).

No agravo (e-STJ fls. 254/265), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 268).

É o relatório.

Decido.

Não há falar em afronta ao art. 1.022 do CPC/2015, pois a agravante limitou-se a apontar violação do referido artigo, não especificando, de forma clara e precisa, como e em que medida o acórdão recorrido o teria afrontado. Portanto, incide, no caso, por analogia, a Súmula n. 284 do STF.

Sobre o cabimento da ação consignatória, verifica-se a pretensão do reexame do conjunto fático-probatório dos autos. O Tribunal de origem assim se manifestou sobre o tema (e-STJ fls. 131/132):

Quanto à prova da recusa, a decisão atacada ressaltou que a agravante impôs ao recorrido um aumento do preço do aluguel acima do índice de correção convencionado, gerando boleto bancário no respectivo montante (fls. 10/14).

Se os boletos relativos à locação foram emitidos constando a quantia majorada do aluguel, é decorrência lógica que não seria permitida a quitação por valor inferior, caracterizando a recusa capaz de ensejar o ajuizamento da ação consignatória.

Por tais motivos, o *decisum* expôs que restou demonstrada a recusa ao recebimento do aluguel (...).

A decisão também destacou que somente após o ajuizamento da demanda o correto valor da prestação locatícia foi aceito pela recorrente, o que o enseja o reconhecimento do pedido, e não sua improcedência.

O acórdão recorrido, com base nos elementos de provas, conclui que ficou demonstrada a recusa da empresa no recebimento do pagamento do aluguel. Dissentir dessa conclusão é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o impedimento da Súmula n. 7/STJ.

Por fim, o reexame dos critérios fáticos sopesados de forma equitativa para a fixação do valor dos honorários advocatícios revela-se, em princípio, inviável no âmbito do recurso especial, em virtude da vedação da Súmula n. 7/STJ. Somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciado ser irrisória ou exorbitante a quantia fixada na origem, é possível a revisão.

O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias não enseja a intervenção deste STJ.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20%(vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida,

Superior Tribunal de Justiça

observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator